

Câmara Municipal de Aliança do TO
Aprovado Votação
Data 02/10/2024
Aprovado em 12 Votações



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

Câmara Municipal de Aliança do TO
Aprovado Votação
Data 03/10/2024
Aprovado 2º Votação

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

“Que reestrutura o Conselho Municipal da Educação - CME e dá outras providências.”

FAÇO SABER QUE:

O Prefeito Municipal de Aliança do Tocantins, Estado do Tocantins, **Elves Moreira Guimarães**, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei Orgânica deste Município, Faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, aprova e eu sanciono a seguinte Lei

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica reestruturado o Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Aliança do Tocantins - TO.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação de Aliança do Tocantins - TO, órgão colegiado de deliberação sobre a Política Educacional do Município, tem por finalidade planejar, orientar e disciplinar as atividades do ensino público, exercendo as funções normativas, deliberativas, fiscalizadora e consultiva na esfera de sua competência.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I - **Função Normativa:** A função normativa é uma decorrência da natureza legislativa que detêm os conselhos de educação, em que cabe ao Conselho, orientar e disciplinar a vida educacional, por meio de normas, diretrizes e indicações sobre atitudes e comportamentos, a saber:

- a) elaborar seu Regimento Interno e reformulá-lo, quando necessário;
- b) emitir autorização de funcionamento das escolas municipais;
- c) emitir parecer sobre pedido de autorização de funcionamento das instituições de educação infantil da rede privada, particular, comunitária, confessional e filantrópica, observando as normas federais e desde que haja a implantação do Sistema Municipal de Ensino;
- d) participar da elaboração, aprovar e avaliar o Plano Municipal de Educação, acompanhando sua execução;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

e) emitir normas previstas na Lei nº 9.394/96, cuja normatização compete ao respectivo Sistema Municipal de Ensino – artigos 23 e 24;

f) estabelecer normas para o Sistema Municipal de Ensino atendendo às características regionais e respeitando as normas federais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo;

g) promover a discussão das políticas educacionais municipais acompanhando suas implementações e avaliações;

h) elaborar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;

i) acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem a sua expansão e aperfeiçoamento;

j) promover e divulgar estudos sobre o ensino no Município, propondo políticas e metas para a sua organização e melhoria;

l) analisar e, quando necessário, propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, e tudo que se refira ao desempenho do orçamento municipal para o ensino e a educação;

m) manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito do município, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de ensino;

n) sugerir normas especiais para que o ensino municipal atenda às características regionais e sociais locais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo, respeitando o caráter nacional da Educação;

o) elaborar relatório anual de suas atividades, com caráter avaliativo, encaminhando-o para o Conselho Estadual de Educação.

II - Função Consultiva - Versa sobre a exposição e o julgamento acerca de determinados assuntos, a saber:

a) implantar e implementar projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas inovadoras, emanadas do Executivo e das Escolas;

b) sugerir ações no Plano Municipal da Educação;

c) analisar projetos ou planos para a contrapartida do município em acordos e convênios com a União, Estado, Universidades ou outros órgãos de interesse da educação;

d) debater questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, SME, Câmara Municipal de Vereadores e outros órgãos;

e) manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

III – Função Deliberativa – Discute e decide sobre:

- a) elaboração do seu Regimento Interno e Plano de Atividades;
- b) criação, ampliação, desativação e localização das escolas municipais;
- c) medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
- d) formas de relação com a comunidade;
- e) opinar e acompanhar o processo de cessação, de atividades escolares de estabelecimento provados ligados a rede municipal de ensino;
- f) acompanhar o processo de cessação, de atividades escolares de estabelecimento ligados da municipal de ensino;
- g) opinar sobre o calendário escolar dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino, antes de seu encaminhamento para aprovação do órgão competente;
- h) pronunciar-se sobre a regularidade de funcionamento dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Educação;
- i) opinar sobre recursos interpostos de atos de escolas do Sistema Municipal de Ensino;
- j) promover a divulgação dos atos do Conselho Municipal de Educação no âmbito do Município;
- k) promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;
- l) declarar vacância do mandato de Conselheiros ou Suplentes, nos termos expressos em seu Regimento Interno.

IV - Função Fiscalizadora - versa sobre a análise do "controle social", da "transparência" e da "busca da qualidade".

- a) acompanhamento da transferência e controle da aplicação de recursos para a educação, no município;
- b) cumprimento do Plano Municipal da Educação;
- c) experiências pedagógicas inovadoras;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

- d) desempenho do Sistema Municipal de Educação;
- e) acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem a sua expansão e aperfeiçoamento;
- f) acolher denúncia de irregularidade no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, construindo, se necessário, Comissão para apuração dos fatos e encaminhamentos às conclusões, quando for o caso, às instâncias competentes;
- g) manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza educativa e pedagógica propostos pelo Poder Executivo Municipal ou outras instâncias administrativas municipais;
- h) exigir o cumprimento do Poder Público para com o ensino, em conformidade com a Constituição Federal, artigos 34, 208, 211 e 212, Emenda Constitucional Federal 14/96, Constituição do Estado do Tocantins e Lei Orgânica do Município de Aliança do Tocantins;
- i) acompanhar e avaliar a chamada anual de matrículas, o recenseamento escolar, o acesso à educação, as taxas de aprovação/reprovação/evasão escolar e distorções idade-série;
- j) acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do magistério municipal, oferecendo subsídios para políticas educacionais, visando à melhoria das condições de trabalho, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos.

CAPITULO III

COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação será constituído por 11 (onze) membros titulares conforme segue abaixo:

- I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação;
- II – 02 (dois) representantes dos docentes das escolas públicas da Educação Básica, da Rede Municipal de Ensino;
- III – 1 (um) representante dos pais de aluno de estabelecimento público municipal de educação residente no município;
- IV – 1 (um) representante da sociedade civil organizada;
- V – 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI – 1(um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- VII - 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;

End. Rua José Bispo dos Santos, Centro — Fone 063 3377-1592, CEP: 77.455-000 - Aliança do
Tocantins/TO.

<http://www.aliancadotocantins.to.gov.br>



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

VIII - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

IX – 1 (um) representante das escolas privadas, sendo de uma Instituição que mantenha a Educação Infantil, se houver.

§1º Cada membro titular terá um suplente do mesmo segmento representado.

§2º Os membros terão mandato de (2) dois anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação de seus respectivos segmentos, com renovação de 50% de seus membros.

§3º O Conselho Municipal de Educação terá com Presidente um de seus membros titulares, eleito em votação do plenário na abertura dos trabalhos do Colegiado para um mandato de 2 (dois) anos, assim como o presidente, o vice-presidente poderá ser reconduzidos por igual período, por votação do plenário.

§4º Os conselheiros deverão ter domicílio e residência no município de Aliança do Tocantins - TO.

§5º O Órgão Executivo, Secretaria Municipal da Educação, deverá assegurar dotação orçamentária e recursos financeiros específicos provenientes do Orçamento da Educação, na manutenção e subsídios ao Conselho Municipal da Educação.

§6º Os representantes da Secretaria Municipal serão indicados pelo Secretário.

Art. 5º A nomeação dos membros será feita por ato do Poder Executivo com base na indicação efetuada pelos respectivos órgãos e entidades.

§1º Os Conselheiros, previstos no Art.4º, que deixarem de pertencer às categorias representativas, serão por estes substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§2º Ocorrendo impedimento legal e/ou afastamento do membro titular, será conduzido o seu suplente, para completar o mandato.

§3º Ocorrendo impedimento legal e/ou afastamento do titular e do suplente o seguimento indicará novo titular e suplente para conclusão do mandato.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação, será considerado vago, antes do término do mandato estabelecido, nos seguintes casos:

I - morte;

II - renúncia;

III – ausência sem justificativa por mais de 03 (três) sessões consecutivas, ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

IV – doença que exija licença médica por período superior a 06 (seis) meses consecutivos;

V – procedimentos incompatíveis com a dignidade da função;

VI – condenação por crime comum ou de responsabilidade;

VII - não pertencer à categoria que representa o Conselho.

Art. 7º Será permitida a recondução por mais um mandato, a contar da posse, consecutivamente.

Art. 8º Após a aprovação da Lei e apresentação dos representantes pelos Órgãos e Entidades, o Prefeito Municipal baixará decreto nomeando os membros que se reunirão para elaborar e aprovar o Regimento Interno.

Parágrafo único. Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos Conselheiros Titulares, sendo recomendada sua presença em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar dos assuntos e matérias discutidas, porém somente terão direito a voto, quando em substituição ao titular.

Art. 9º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

I – cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários;

II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundeb, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III – pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo, gestor dos recursos ou prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato, fica vedada:

I – sua exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino que atuam;

II – a atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

III – o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 11. O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:

- I - o Plenário;
- II - a Presidência;
- III - a Secretaria Geral.

SEÇÃO I

DO PLENÁRIO E DAS SESSÕES

Art. 12. O plenário compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seus mandatos e é órgão soberano de deliberação do Conselho de Educação.

Art. 13. O plenário só poderá funcionar com o número mínimo da maioria simples e as deliberações tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes à sessão.

Art. 14. As sessões Plenárias serão:

I - ordinárias, quando realizadas bimestralmente, convocadas pelo presidente, em data, hora e local, previamente fixados, ou extraordinariamente, na forma que dispuser o Regimento Interno;

II – extraordinárias, quando convocadas pela Presidência ou requerimento subscrito pela maioria simples dos Conselheiros, ou seja, de um terço dos seus membros;

Parágrafo único. As sessões terão início sempre com a leitura da ata da sessão anterior que, após aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes.

Art. 15. A cada sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação, será lavrada uma ata pela Secretária Geral, assinada pelo Presidente e demais Conselheiros presentes, contendo, em resumo, todos os assuntos tratados e as deliberações que foram tomadas.

Art. 16. As deliberações do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora, e terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa, conforme o caso, sendo publicadas em Diário Oficial.

SEÇÃO II

DA PRESIDÊNCIA



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

Art. 17. A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem, tudo de conformidade com o regimento.

§ 1º A Presidência será ocupada por um de seus membros titulares do Conselho, na sessão de que trata o Art. 4º § 3º.

§ 2º O cargo de Presidente não poderá ser ocupado pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação, tendo este, em comum, todos os demais direitos de um Conselheiro.

§ 3º Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Educação presidir as sessões plenárias com direito a voto de desempate.

§ 4º O Vice - Presidente do Conselho Municipal de Educação será escolhido, em votação de seus pares, na sessão de que trata o Art. 4º § 3º.

§ 5º Ocorrendo à ausência do presidente e também do Vice-Presidente, a Presidência será exercida pelo (a) Secretário (a) Geral.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 18. A(O) Secretária(o) Executiva(o) do Conselho Municipal de Educação será um(a) servidor(a) cedido pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As necessidades de local, pessoal técnico e administrativo, serão supridas pela Secretaria Municipal de Educação, à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 19. O exercício das funções de Secretário Geral não eximirá o Conselheiro de participar de comissões.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. O desempenho das funções de Conselheiro Municipal de Educação não será remunerado, sendo considerado de caráter relevante os serviços prestados e seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos ou função pública e/ou privada.

Art. 21. O início dos trabalhos do Colegiado dar-se-á após aprovação e publicação da Lei.

Art. 22. O Conselho Municipal de Educação deverá reavaliar o Regimento Interno, anualmente, para as devidas adequações às normas vigentes.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

Art.23. O Conselho Municipal de Educação divulgará em Boletim, semestralmente, o relatório de suas atividades e, anualmente, elaborará documento oficial, contendo deliberações, pareceres e outros atos aprovados no exercício.

Art.24. Os casos omissos nesta Lei, serão tratados no Regimento Interno e/ou pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 25. Revoga-se a Lei nº 465/2010 de 11 de maio de 2010.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Aliança do Tocantins, Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

ELVES MOREIRA GUIMARÃES
Prefeito Municipal



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM: 2021/2024

OFICIO Nº 198/2024

Aliança do Tocantins – TO, 16 de agosto de 2024.

Ao Excelentíssimo Vereador

WILMONEY DE PAULA FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Aliança do Tocantins - TO

NESTA

Assunto: Reestruturação do Conselho Municipal de Educação - CME.

Senhor Presidente,

Cumprimento à sua ilustre presença e de todos os demais Vereadores, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Câmara Municipal o Projeto de Lei que dispõe da Reestruturação do Conselho Municipal de Educação - CME.

O ato da reestruturação justifica o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e são vitais para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas educacionais. Assegurar a participação da sociedade no planejamento da Educação Municipal, através de espaços de reflexão é um meio eficiente pela qual a sociedade pode se organizar e promover ações voltadas para a descentralização do poder e o desenvolvimento do sistema educacional.

A reestruturação do Conselho Municipal de Educação respalda-se legalmente na Constituição Federal de 1998, na LDB nº 9394/96, no Plano Nacional de Educação, Lei 10.172 de 09/01/01, bem como nos princípios da gestão democrática e participativa do ensino público, com funções normativa, consultiva, deliberativa e fiscalizadora.

Assim como a Secretaria Municipal de Educação é considerada o órgão executivo ou de gerenciamento, consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Educação define-se como órgão normativo, com a responsabilidade de representar os diferentes segmentos sociais, como expressão da vontade da sociedade, na formulação das políticas e nas decisões dos dirigentes.

Portanto, a reestruturação do CME representa um passo decisivo, no sentido de fortalecer a autonomia do sistema municipal de ensino, na busca pela elevação da qualidade da educação pública do município.

Atenciosamente,


ELVES MOREIRA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

